



EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 028/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.
UASG: 989913

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 14/05/2026 às 08h30min (oito horas e trinta minutos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço pelo lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Motivo: Não foi constatado a existência de um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto no Art. 49, II da Lei 123/2006;



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

Processo Administrativo nº 081/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca se for o caso;

4.1.3. Fabricante se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,01.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Como o sistema adotado na presente licitação é o de modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o



caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública constante no site do TCE-PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Para a prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local, a data e o horário de realização do procedimento destinado à avaliação da prova de conceito, o qual poderá ocorrer de forma presencial ou online. A participação será facultada a todos os interessados, inclusive aos demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



6.16. Se a(s) não ficar demonstrado o atendimento dos requisitos mínimos constantes no TR na prova de conceito pelo primeiro classificado, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da prova de conceito e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência anexo 01 do presente edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.novatebas.pr.gov.br na aba de licitações bem como na sede da presente municipalidade.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente ao e-mail: licitacao@novatebas.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.1. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser prorrogado conforme a necessidade da secretaria requisitante, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.novatebas.pr.gov.br na aba de licitações.



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

11.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.3.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.3.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.3.4. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

Nova Tebas-PR, 28 de abril de 2026.

**PEDRO
LOURENÇO**

Assinado de forma digital
por PEDRO LOURENÇO
Dados: 2026.04.28
10:26:19 -03'00'

PEDRO LOURENÇO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

Processo Administrativo nº 081/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE / MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
1	14222	<p>Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup.</p> <p>DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.• Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.• Cálculo técnico:<ul style="list-style-type: none">- Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT.- Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.• GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte.• Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.	MESES	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

		<ul style="list-style-type: none">Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none">Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso.Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados.Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709 /2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal.				
2	14222	<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none">Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos).Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none">Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR.Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. <p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none">Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets).Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários.	HORAS	8	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

- | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais.• Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação. | | | | |
|--|---|--|--|--|--|

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O fornecedor deve cumprir os requisitos e especificações deste Termo de Referência.

4.2 Poderão participar do certame todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido.

4.3 Requisitos Gerais da Solução:



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

- 4.3.1. Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web, dispensando a instalação de aplicativos locais e permitindo o acesso remoto por meio de navegadores de internet.
- 4.3.2. Disponibilização de suporte técnico remoto para manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas operacionais.
- 4.3.3. Execução de rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo a integridade, disponibilidade e recuperação dos dados armazenados.
- 4.4. Conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando segurança, confidencialidade e privacidade dos dados.
- 4.5. **Características e Funcionalidades Obrigatórias:**
 - 4.5.1. Cruzamento de dados: Importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios).
 - 4.5.2. Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição.
 - 4.5.3. Cálculo técnico: Apuração do VTN e módulo para cálculo de rebanho.
 - 4.5.4. GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar e vincular documentos digitalizados ao processo fiscal.
 - 4.5.5. Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.
 - 4.5.6. Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo e mapas georreferenciados.
- 4.6. **Requisitos de Infraestrutura e Segurança:**
 - 4.6.1. Acesso disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, mediante controle de usuários e perfis de acesso.
 - 4.6.2. Sistema de backup automatizado com rotinas diárias.
- 4.7. **Serviços de Treinamento:**
 - 4.7.1. Para a Equipe de Fiscalização (online): Operação completa do sistema e utilização do Portal ITR da Receita Federal.
 - 4.7.2. Para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade (online): Orientações sobre preenchimento e transmissão da declaração do ITR.
- 4.8. **Serviços de Apoio Técnico e Consultoria:**
 - 4.8.1. Suporte técnico ao sistema: Atendimento remoto (telefone, chat ou sistema de tickets).
 - 4.8.2. Apoio à tomada de decisões: Assessoria técnica em casos complexos.
 - 4.8.3. Apoio no cumprimento das Instruções Normativas da RFB: Orientação continuada.
 - 4.8.4. Elaboração de Laudo de VTN e envio ao SIPT: Realização de laudo técnico e envio ao Sistema de Preços de Terras.
- 4.9. Prova de Conceito (POC): Será exigida a realização de Prova de Conceito para verificação e validação das funcionalidades do sistema pela licitante vencedora, conforme especificações a seguir:



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

- a) **Obrigatoriedade:** A realização da Prova de Conceito (POC) é condição indispensável para a homologação do certame e assinatura do contrato, com o objetivo de verificar se a Solução de TIC apresentada pela licitante classificada em primeiro lugar atende a todos os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme critérios objetivos detalhados em anexo próprio.
- b) **Fase de Realização:** A POC ocorrerá na fase de julgamento das propostas, preferencialmente de forma remota, por meio de ferramenta de videoconferência, com gravação da sessão para fins de documentação. A Administração poderá, justificadamente, exigir a realização presencial nas dependências do Município.
- c) **Agendamento e Participação:** A data e o horário da POC serão definidos pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos em conjunto com a licitante, que deverá ser convocada com antecedência. Participarão da conferência os operadores da solução, os responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, e o agente de contratação. As demais licitantes classificadas poderão acompanhar a sessão, mediante solicitação prévia pelo sistema eletrônico.
- d) **Procedimento de Avaliação:** A licitante deverá demonstrar, em ambiente de teste próprio, o funcionamento integral e interativo de todas as funcionalidades obrigatórias, vedada a utilização de vídeos, slides ou simulações não interativas. Serão avaliados critérios de integralidade, integração entre módulos, automação de processos e usabilidade.

4.10. **Descrição detalhada para PROVA DE CONCEITO:**

ITEM	FUNCIONALIDADE A SER DEMONSTRADA	DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEMONSTRAÇÃO
1	Acesso e Arquitetura Web	Acessar o sistema exclusivamente por meio de um navegador de internet, sem a instalação de quaisquer plugins, aplicativos complementares ou softwares locais. Demonstrar a navegação entre os módulos.
2	Cruzamento de Dados	Realizar a importação de uma base de dados de exemplo (fornecida pela Administração ou dados de teste) e demonstrar o cruzamento entre duas fontes (ex: INCRA e CAR), identificando e listando automaticamente inconsistências cadastrais e propriedades omissas.
3	Análise por Imagens de Satélite	Selecionar um imóvel rural fictício, exibir sua área declarada e utilizar as ferramentas de desenho e medição sobre imagens multitemporais (duas datas diferentes) para calcular a área efetivamente utilizada, confrontando-a com a declarada.
4	Cálculo Técnico (VTN e Rebanho)	Demonstrar a apuração do Valor da Terra Nua (VTN) utilizando um parâmetro municipal (ex: R\$/ha) e, em seguida, alterá-lo para um parâmetro do SIPT, mostrando a diferença no cálculo. Em seguida, demonstrar o módulo de cálculo de rebanho, importando uma nota fiscal eletrônica (NFe) de exemplo e cruzando com a declaração de um contribuinte teste.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

5	GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)	Realizar o upload de um documento digitalizado (ex: uma matrícula fictícia), indexá-lo e vinculá-lo ao processo fiscal de um contribuinte específico. Demonstrar a busca e visualização do documento no repositório.
6	Emissão de Atos Administrativos	A partir de um procedimento fiscal fictício, gerar de forma automatizada, sem necessidade de digitação manual, as minutas de uma Notificação, uma Intimação e um Auto de Infração, com os dados do contribuinte preenchidos corretamente.
7	Relatórios Técnicos	Gerar um relatório consolidado de um procedimento fiscal, que deverá conter memória de cálculo, um mapa georreferenciado do imóvel e a lista de documentos probatórios anexados.
8	Gestão de Segurança e LGPD	Demonstrar a criação de dois perfis de acesso (ex: "Fiscal" e "Administrador"), mostrando as permissões distintas de cada um. Acessar o sistema com o perfil "Fiscal" e demonstrar que funções administrativas (ex: exclusão de dados) estão bloqueadas. Demonstrar, de forma teórica, a rotina de backup automatizado e o processo de recuperação de dados.
9	Treinamento e Suporte	Apresentar de forma sucinta o plano de treinamento para os fiscais e para os contribuintes/contadores, demonstrando os materiais que serão utilizados (slides, apostilas, ambiente de homologação) e o modelo de suporte técnico (ex: abertura de chamado via sistema de tickets).

4.10.1. Critérios de avaliação e validação: Cada funcionalidade listada no roteiro será avaliada pelos servidores designados. Será considerada APTA a licitante que demonstrar, em tempo real, o pleno funcionamento de todas as funcionalidades, conforme os seguintes critérios:

- Integralidade: A funcionalidade deve estar completamente operacional, conforme descrito no Termo de Referência.
- Integração: Os módulos do sistema devem dialogar entre si. Os dados gerados em um módulo (ex: a inconsistência encontrada no cruzamento) devem estar disponíveis e ser utilizáveis nos módulos subsequentes (ex: geração do auto de infração).
- Automação: As funcionalidades de cálculo e emissão de atos devem ser automatizadas, demonstrando que o sistema realiza os procedimentos sem a necessidade de intervenção manual para cálculos ou preenchimento de textos padronizados.
- Usabilidade: A interface deve ser intuitiva e de fácil navegação, permitindo que um servidor público consiga operar o sistema após o treinamento previsto.

4.10.2. Desclassificação e Convocação Sucessiva: A não realização, a recusa em participar ou o não atendimento de qualquer dos requisitos testados implicará a desclassificação da licitante. Nesse caso, a Administração convocará a licitante seguinte na ordem de classificação para, querendo, apresentar sua



solução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, repetindo-se o procedimento até que se encontre uma solução que atenda integralmente aos requisitos.

4.10.3. Ata e Responsabilidade: Será lavrada ata circunstanciada da POC, registrando o cumprimento ou não de cada item testado, assinado pelos avaliadores e pelo representante da licitante. Todas as despesas decorrentes da preparação, deslocamento e apresentação da POC correrão por conta exclusiva da licitante, sem qualquer ressarcimento por parte da Administração.

4.11. Subcontratação: É vedada a subcontratação integral do objeto. A subcontratação parcial poderá ocorrer mediante autorização prévia e formal da Administração, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a execução, qualidade e conformidade técnica de todos os serviços prestados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução:

5.1.1. A contratada deverá disponibilizar o sistema em ambiente de produção no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Todos os serviços de suporte, manutenção e consultoria serão prestados de forma remota, durante o horário comercial (segunda a sexta, das 8h às 17h), com exceção do acesso ao sistema, que será 24/7.

5.2. Local de Execução:

5.2.1. Os serviços serão executados no Município de Nova Tebas/PR, de forma remota, com acesso ao sistema pelo servidor do responsável.

5.3. Recebimento dos Serviços:

5.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidores designados pela Administração Municipal, que verificarão a conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência.

- a) Recebimento provisório: Será realizado pela equipe de fiscalização após a implantação do sistema e entrega dos primeiros produtos, para verificação de conformidade.
- b) Recebimento definitivo: Será de responsabilidade do titular da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas.

5.3.2. A fiscalização técnica e o recebimento provisório dos serviços ficarão sob responsabilidade da servidora Gislaine Vidal dos Santos Bernardino, Fiscal de Tributação da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

5.3.3. O recebimento definitivo será de responsabilidade da servidora Vera Lucia Apª Nardelli de Castro, Secretária Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas, conforme disposto no Decreto Municipal 060/2024, o recebimento definitivo ficará a cargo do secretário responsável pela pasta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo a Portaria de N°307/2023 a de Fiscal de Contratos na



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

pessoa de Dhienilson Fernandes da Paz e Portaria N°309/2023 a de Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski. Caso no decorrer da vigência da contratação aconteça a substituição de algum dos membros designados, a fiscalização e gestão ficará a cargo dos novos servidores designados.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas formalmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas quando apropriado.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências, sempre que necessário.

6.7. A fiscalização e a gestão do presente contrato serão exercidas por servidores designados pela Administração Municipal, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

6.8. A fiscalização do contrato compreenderá, entre outras atribuições:

6.8.1. Acompanhar e verificar a plena execução dos serviços e das obrigações assumidas pela contratada;

6.8.2. Conferir a conformidade dos serviços prestados, mediante análise dos relatórios, dos check - lists de manutenção e da observação dos requisitos estabelecidos;

6.8.3. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desconformidade com o contrato, determinando sua imediata correção;

6.8.4. Elaborar e manter atualizados relatórios de acompanhamento, registros e demais documentos pertinentes à fiscalização contratual;



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.8.5. Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer ocorrência, irregularidade ou descumprimento observado na execução contratual;

6.8.6. Aplicar ou propor a aplicação de sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, quando cabível.

6.9. A gestão do contrato será orientada por critérios de eficiência, eficácia e foco nos resultados, assegurando que a execução contratual ocorra em estrita conformidade com:

6.9.1. Os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência;

6.9.2. As condições, obrigações e responsabilidades pactuadas no contrato;

6.9.3. O cumprimento rigoroso dos prazos e cronogramas estabelecidos;

6.9.4. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios que regem a Administração Pública.

6.9.5. Todas as ocorrências relevantes deverão ser formalmente registradas, por meio de relatórios, termos, checklists ou comunicações, devidamente juntadas aos autos do processo de contratação.

6.10. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um canal de comunicação direto e permanente com os fiscais designados, de forma a viabilizar o acompanhamento contínuo da execução dos serviços e permitir a pronta solução de eventuais intercorrências, garantindo, assim, a plena e regular execução das obrigações contratuais.

6.11. Preposto da Contratada: A empresa contratada deverá indicar formalmente um preposto responsável pelo acompanhamento do contrato, que ficará disponível durante todo o período do evento para contato direto com a Administração.

6.11.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis por parte da Contratada;

6.11.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.13.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por lote.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

7.22. Apresentar Atestado(s) de fornecimento de sistema de gestão de ITR ou de software tributário compatível, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade de execução do objeto.

7.23. Apresentar Atestado de capacidade técnica: Documento emitido por outro cliente público ou privado (Comprova que a empresa já implantou sistema semelhante (tributário, arrecadação, fiscalização etc.)

7.24. Apresentar AUTORIZAÇÃO/USO DO SOFTWARE, caso seja proprietária do software, demonstrar a comprovação, ou caso seja de terceiros, se a mesma é licenciada para utilizar.

7.25. Declaração de que mantém ou manterá escritório/representação em território nacional para fins de comunicação e recebimento de notificações oficiais.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
04.001.04.121.0401.2.401.339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

05.001.04.123.0401.2.501.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)
---------------------------------	---	--------------------------------------

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o atesto da Nota Fiscal pela fiscalização, que deverá verificar a conformidade na prestação dos serviços de suporte e a disponibilidade do sistema no período.

10.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, observadas as retenções legais e tributárias aplicáveis.

10.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei, não sofrerá a retenção tributária quanto complementar nº 123, de 2006 aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR

Pregão na forma eletrônica nº 028/2026

Processo Administrativo nº081/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA
TEBAS - PR, E
.....

A Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr com sede no(a), na cidade de/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 081/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão na forma Eletrônica nº 028/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CAT/SERV	UM	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL. (R\$)
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O ETP (Estudo Técnico Preliminar);



1.3.2. O Termo de Referência;

1.3.3. O Edital da Licitação;

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. Em casos de reequilíbrio econômico financeiro, desde que devidamente comprovado conforme disposto na Lei 14.133/2021, poderá ser realizado o reajuste independentemente do prazo inicial do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 08 (oito) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.



9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços aqui prestados.

9.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.19. Os serviços do presente contrato deverão ser iniciados após o recebimento da ordem de fornecimento/execução, os quais deverão ser realizados em conformidade as especificações constantes nos itens do termo de referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
04.001.04.121.0401.2.401.339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)
05.001.04.123.0401.2.501.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Manoel Ribas – Pr, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

ANEXO - I DO TERMO DE CONTRATO
Pregão 028/2026
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR
Processo Administrativo nº 081/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE / MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
1	14222	<p>Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup.</p> <p>DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.• Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.• Cálculo técnico:<ul style="list-style-type: none">- Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT.- Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.• GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte.• Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.• Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e	MESES	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

		<p>documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais.</p> <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso.• Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados.• Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709 /2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal.				
2	14222	<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos).• Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR.• Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. <p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets).• Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários.• Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município	HORAS	8	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00



		<p>estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais.</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação.				
--	--	---	--	--	--	--

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O fornecedor deve cumprir os requisitos e especificações deste Termo de Referência.

4.2 Poderão participar do certame todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido.

4.3 Requisitos Gerais da Solução:

4.3.1. Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web, dispensando a instalação de aplicativos locais e permitindo o acesso remoto por meio de navegadores de internet.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

- 4.3.2. Disponibilização de suporte técnico remoto para manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas operacionais.
- 4.3.3. Execução de rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo a integridade, disponibilidade e recuperação dos dados armazenados.
- 4.4. Conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando segurança, confidencialidade e privacidade dos dados.
- 4.5. **Características e Funcionalidades Obrigatórias:**
 - 4.5.1. Cruzamento de dados: Importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios).
 - 4.5.2. Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição.
 - 4.5.3. Cálculo técnico: Apuração do VTN e módulo para cálculo de rebanho.
 - 4.5.4. GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar e vincular documentos digitalizados ao processo fiscal.
 - 4.5.5. Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.
 - 4.5.6. Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo e mapas georreferenciados.
- 4.6. **Requisitos de Infraestrutura e Segurança:**
 - 4.6.1. Acesso disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, mediante controle de usuários e perfis de acesso.
 - 4.6.2. Sistema de backup automatizado com rotinas diárias.
- 4.7. **Serviços de Treinamento:**
 - 4.7.1. Para a Equipe de Fiscalização (online): Operação completa do sistema e utilização do Portal ITR da Receita Federal.
 - 4.7.2. Para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade (online): Orientações sobre preenchimento e transmissão da declaração do ITR.
- 4.8. **Serviços de Apoio Técnico e Consultoria:**
 - 4.8.1. Suporte técnico ao sistema: Atendimento remoto (telefone, chat ou sistema de tickets).
 - 4.8.2. Apoio à tomada de decisões: Assessoria técnica em casos complexos.
 - 4.8.3. Apoio no cumprimento das Instruções Normativas da RFB: Orientação continuada.
 - 4.8.4. Elaboração de Laudo de VTN e envio ao SIPT: Realização de laudo técnico e envio ao Sistema de Preços de Terras.
- 4.9. Prova de Conceito (POC): Será exigida a realização de Prova de Conceito para verificação e validação das funcionalidades do sistema pela licitante vencedora, conforme especificações a seguir:
 - a) **Obrigatoriedade:** A realização da Prova de Conceito (POC) é condição indispensável para a homologação do certame e assinatura do contrato, com o objetivo de verificar se a Solução de TIC apresentada pela licitante classificada em primeiro lugar atende



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

a todos os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme critérios objetivos detalhados em anexo próprio.

- b) Fase de Realização: A POC ocorrerá na fase de julgamento das propostas, preferencialmente de forma remota, por meio de ferramenta de videoconferência, com gravação da sessão para fins de documentação. A Administração poderá, justificadamente, exigir a realização presencial nas dependências do Município.
- c) Agendamento e Participação: A data e o horário da POC serão definidos pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos em conjunto com a licitante, que deverá ser convocada com antecedência. Participarão da conferência os operadores da solução, os responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, e o agente de contratação. As demais licitantes classificadas poderão acompanhar a sessão, mediante solicitação prévia pelo sistema eletrônico.
- d) Procedimento de Avaliação: A licitante deverá demonstrar, em ambiente de teste próprio, o funcionamento integral e interativo de todas as funcionalidades obrigatórias, vedada a utilização de vídeos, slides ou simulações não interativas. Serão avaliados critérios de integralidade, integração entre módulos, automação de processos e usabilidade.

4.10. Descrição detalhada para PROVA DE CONCEITO:

ITEM	FUNCIONALIDADE A SER DEMONSTRADA	DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEMONSTRAÇÃO
1	Acesso e Arquitetura Web	Acessar o sistema exclusivamente por meio de um navegador de internet, sem a instalação de quaisquer plugins, aplicativos complementares ou softwares locais. Demonstrar a navegação entre os módulos.
2	Cruzamento de Dados	Realizar a importação de uma base de dados de exemplo (fornecida pela Administração ou dados de teste) e demonstrar o cruzamento entre duas fontes (ex: INCRA e CAR), identificando e listando automaticamente inconsistências cadastrais e propriedades omissas.
3	Análise por Imagens de Satélite	Selecionar um imóvel rural fictício, exibir sua área declarada e utilizar as ferramentas de desenho e medição sobre imagens multitemporais (duas datas diferentes) para calcular a área efetivamente utilizada, confrontando-a com a declarada.
4	Cálculo Técnico (VTN e Rebanho)	Demonstrar a apuração do Valor da Terra Nua (VTN) utilizando um parâmetro municipal (ex: R\$/ha) e, em seguida, alterá-lo para um parâmetro do SIPT, mostrando a diferença no cálculo. Em seguida, demonstrar o módulo de cálculo de rebanho, importando uma nota fiscal eletrônica (NFe) de exemplo e cruzando com a declaração de um contribuinte teste.
5	GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)	Realizar o upload de um documento digitalizado (ex: uma matrícula fictícia), indexá-lo e vinculá-lo ao processo fiscal de um contribuinte



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

		específico. Demonstrar a busca e visualização do documento no repositório.
6	Emissão de Atos Administrativos	A partir de um procedimento fiscal fictício, gerar de forma automatizada, sem necessidade de digitação manual, as minutas de uma Notificação, uma Intimação e um Auto de Infração, com os dados do contribuinte preenchidos corretamente.
7	Relatórios Técnicos	Gerar um relatório consolidado de um procedimento fiscal, que deverá conter memória de cálculo, um mapa georreferenciado do imóvel e a lista de documentos probatórios anexados.
8	Gestão de Segurança e LGPD	Demonstrar a criação de dois perfis de acesso (ex: "Fiscal" e "Administrador"), mostrando as permissões distintas de cada um. Acessar o sistema com o perfil "Fiscal" e demonstrar que funções administrativas (ex: exclusão de dados) estão bloqueadas. Demonstrar, de forma teórica, a rotina de backup automatizado e o processo de recuperação de dados.
9	Treinamento e Suporte	Apresentar de forma sucinta o plano de treinamento para os fiscais e para os contribuintes/contadores, demonstrando os materiais que serão utilizados (slides, apostilas, ambiente de homologação) e o modelo de suporte técnico (ex: abertura de chamado via sistema de tickets).

4.10.1. Critérios de avaliação e validação: Cada funcionalidade listada no roteiro será avaliada pelos servidores designados. Será considerada APTA a licitante que demonstrar, em tempo real, o pleno funcionamento de todas as funcionalidades, conforme os seguintes critérios:

- Integralidade: A funcionalidade deve estar completamente operacional, conforme descrito no Termo de Referência.
- Integração: Os módulos do sistema devem dialogar entre si. Os dados gerados em um módulo (ex: a inconsistência encontrada no cruzamento) devem estar disponíveis e ser utilizáveis nos módulos subsequentes (ex: geração do auto de infração).
- Automação: As funcionalidades de cálculo e emissão de atos devem ser automatizadas, demonstrando que o sistema realiza os procedimentos sem a necessidade de intervenção manual para cálculos ou preenchimento de textos padronizados.
- Usabilidade: A interface deve ser intuitiva e de fácil navegação, permitindo que um servidor público consiga operar o sistema após o treinamento previsto.

4.10.2. Desclassificação e Convocação Sucessiva: A não realização, a recusa em participar ou o não atendimento de qualquer dos requisitos testados implicará a desclassificação da licitante. Nesse caso, a Administração convocará a licitante seguinte na ordem de classificação para, querendo, apresentar sua solução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, repetindo-se o procedimento até que se encontre uma solução que atenda integralmente aos requisitos.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

4.10.3. Ata e Responsabilidade: Será lavrada ata circunstanciada da POC, registrando o cumprimento ou não de cada item testado, assinado pelos avaliadores e pelo representante da licitante. Todas as despesas decorrentes da preparação, deslocamento e apresentação da POC correrão por conta exclusiva da licitante, sem qualquer ressarcimento por parte da Administração.

4.11. Subcontratação: É vedada a subcontratação integral do objeto. A subcontratação parcial poderá ocorrer mediante autorização prévia e formal da Administração, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a execução, qualidade e conformidade técnica de todos os serviços prestados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução:

5.1.1. A contratada deverá disponibilizar o sistema em ambiente de produção no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Todos os serviços de suporte, manutenção e consultoria serão prestados de forma remota, durante o horário comercial (segunda a sexta, das 8h às 17h), com exceção do acesso ao sistema, que será 24/7.

5.2. Local de Execução:

5.2.1. Os serviços serão executados no Município de Nova Tebas/PR, de forma remota, com acesso ao sistema pelo servidor do responsável.

5.3. Recebimento dos Serviços:

5.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidores designados pela Administração Municipal, que verificarão a conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência.

- a) Recebimento provisório: Será realizado pela equipe de fiscalização após a implantação do sistema e entrega dos primeiros produtos, para verificação de conformidade.
- b) Recebimento definitivo: Será de responsabilidade do titular da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas.

5.3.2. A fiscalização técnica e o recebimento provisório dos serviços ficarão sob responsabilidade da servidora Gislaine Vidal dos Santos Bernardino, Fiscal de Tributação da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

5.3.3. O recebimento definitivo será de responsabilidade da servidora Vera Lucia Apª Nardelli de Castro, Secretária Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas, conforme disposto no Decreto Municipal 060/2024, o recebimento definitivo ficará a cargo do secretário responsável pela pasta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo a Portaria de N°307/2023 a de Fiscal de Contratos na pessoa de Dhienilson Fernandes da Paz e Portaria N°309/2023 a de Gestão de Contratos na pessoa de



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

Gabriele Fiuza Stoski. Caso no decorrer da vigência da contratação aconteça a substituição de algum dos membros designados, a fiscalização e gestão ficará a cargo dos novos servidores designados.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas formalmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas quando apropriado.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências, sempre que necessário.

6.7. A fiscalização e a gestão do presente contrato serão exercidas por servidores designados pela Administração Municipal, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

6.8. A fiscalização do contrato compreenderá, entre outras atribuições:

6.8.1. Acompanhar e verificar a plena execução dos serviços e das obrigações assumidas pela contratada;

6.8.2. Conferir a conformidade dos serviços prestados, mediante análise dos relatórios, dos check - lists de manutenção e da observação dos requisitos estabelecidos;

6.8.3. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desconformidade com o contrato, determinando sua imediata correção;

6.8.4. Elaborar e manter atualizados relatórios de acompanhamento, registros e demais documentos pertinentes à fiscalização contratual;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.8.5. Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer ocorrência, irregularidade ou descumprimento observado na execução contratual;

6.8.6. Aplicar ou propor a aplicação de sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, quando cabível.

6.9. A gestão do contrato será orientada por critérios de eficiência, eficácia e foco nos resultados, assegurando que a execução contratual ocorra em estrita conformidade com:

6.9.1. Os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência;

6.9.2. As condições, obrigações e responsabilidades pactuadas no contrato;

6.9.3. O cumprimento rigoroso dos prazos e cronogramas estabelecidos;

6.9.4. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios que regem a Administração Pública.

6.9.5. Todas as ocorrências relevantes deverão ser formalmente registradas, por meio de relatórios, termos, checklists ou comunicações, devidamente juntadas aos autos do processo de contratação.

6.10. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um canal de comunicação direto e permanente com os fiscais designados, de forma a viabilizar o acompanhamento contínuo da execução dos serviços e permitir a pronta solução de eventuais intercorrências, garantindo, assim, a plena e regular execução das obrigações contratuais.

6.11. Preposto da Contratada: A empresa contratada deverá indicar formalmente um preposto responsável pelo acompanhamento do contrato, que ficará disponível durante todo o período do evento para contato direto com a Administração.

6.11.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis por parte da Contratada;

6.11.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

6.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.13.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por lote.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

7.22. Apresentar Atestado(s) de fornecimento de sistema de gestão de ITR ou de software tributário compatível, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade de execução do objeto.

7.23. Apresentar Atestado de capacidade técnica: Documento emitido por outro cliente público ou privado (Comprova que a empresa já implantou sistema semelhante (tributário, arrecadação, fiscalização etc.)

7.24. Apresentar AUTORIZAÇÃO/USO DO SOFTWARE, caso seja proprietária do software, demonstrar a comprovação, ou caso seja de terceiros, se a mesma é licenciada para utilizar.

7.25. Declaração de que mantém ou manterá escritório/representação em território nacional para fins de comunicação e recebimento de notificações oficiais.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
04.001.04.121.0401.2.401.339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

05.001.04.123.0401.2.501.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000-Recursos Ordinários (Livres)
---------------------------------	---	--------------------------------------

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o atesto da Nota Fiscal pela fiscalização, que deverá verificar a conformidade na prestação dos serviços de suporte e a disponibilidade do sistema no período.

10.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, observadas as retenções legais e tributárias aplicáveis.

10.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei, não sofrerá a retenção tributária quanto complementar nº 123, de 2006 aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;

MODELO DE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS - PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
Processo Administrativo n.º 081/2026

PROPOSTA DE PREÇOS
COMPOSIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida na rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade – UF, para o fornecimento de bens para a Prefeitura Municipal de Nova Tebas/PR, conforme estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico nº /2026 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Xxxx	Xx	Xx	Xxx	Xxx
02	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
03	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
	TOTAL				XXX

Dados bancários vinculados ao CNPJ:

Banco: Agência: Conta:

A EMPRESA _____, DECLARA QUE:

O prazo de validade da proposta é de _____ () dias (mínimo ____ dias).

Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Estão inclusos nos valores cotados todos os impostos, taxas, seguros, transporte, uniforme e EPI's, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, taxa de administração, lucro, bem como, todos os outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação

Assinatura do Responsável da empresa _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 33/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1 O Município de Nova Tebas/PR, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda/Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização, realiza a gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) por meio de sistema informatizado cujo contrato de locação e manutenção encontra-se em fase de encerramento.

2.2 As atividades de processamento das declarações, o lançamento do imposto, a emissão de guias e o acompanhamento da arrecadação do ITR são realizados exclusivamente por meio da ferramenta tecnológica fornecida pela contratada atual. O contrato vigente, no entanto, aproxima-se do seu termo final, o que inviabiliza a continuidade da prestação dos serviços e coloca em risco a regularidade das atividades fiscais do município.

2.3 Caso não haja a contratação de uma nova solução ou a renovação/continuidade do serviço atual, o município ficará sem acesso ao sistema que viabiliza a gestão do ITR, resultando na paralisação imediata das atividades essenciais relacionadas ao tributo, tais como:

- Lançamento do imposto;
- Emissão de guias de pagamento;
- Consulta a dados cadastrais e declarações;
- Emissão de certidões negativas de débitos rurais;
- Fiscalização e controle dos contribuintes.

2.4 A paralisação dos serviços do sistema de ITR representa grave prejuízo ao erário e à população. O município ficará impossibilitado de arrecadar receita própria e os cidadãos não poderão regularizar sua situação fiscal, o que impacta diretamente o acesso a crédito rural, financiamentos e outras atividades que dependem da regularidade perante o fisco municipal.

2.5 Diante do cenário exposto, a nova contratação justifica-se pela obrigação legal do município cabendo à administração a responsabilidade pelo lançamento, arrecadação e controle do tributo, nos termos da legislação vigente. Para o cumprimento dessa obrigação, é imprescindível a utilização de ferramenta tecnológica adequada. A administração tem o dever de assegurar a continuidade dos serviços prestados à população. A contratação tempestiva de nova solução garantirá que não haja interrupção nas atividades de gestão do ITR, evitando prejuízos aos cofres públicos e transtornos aos contribuintes.

2.6 Diante do exposto, resta caracterizada a imperiosa necessidade de contratação de empresa especializada para implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web de gestão do ITR e o treinamento dos servidores responsável pela gestão do sistema é fundamental para garantir a correta utilização da ferramenta e a apropriação do conhecimento pela equipe técnica. Considerando o encerramento do contrato vigente e a imprescindibilidade da ferramenta para o regular funcionamento da administração pública e garantia da arrecadação municipal..

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal da Fazenda	VERA LUCIA APARECIDA NARDELLI CASTRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, funcionais e operacionais, conforme especificações:

4.2 Requisitos Gerais da Solução

- Locação de sistema desenvolvido em plataforma **100% web**, dispensando a instalação de aplicativos locais e permitindo o acesso remoto por meio de navegadores de internet.
- Disponibilização de **suporte técnico remoto** para manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas operacionais.
- Execução de **rotinas diárias e automáticas de backup**, garantindo a integridade, disponibilidade e recuperação dos dados armazenados.
- Conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)** em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal.

4.3 Características e Funcionalidades Obrigatórias

a) Cruzamento de dados

Capacidade de importar e cruzar informações provenientes de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.

b) Análise por imagens de satélite

Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição que permitam confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.

c) Cálculo técnico

- Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT;
- Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.

d) GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)

Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte.

e) Emissão de atos administrativos

Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.

f) Relatórios técnicos

Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais.

4.4 Requisitos de Infraestrutura e Segurança

- Acesso disponível **24 horas por dia, 7 dias por semana**, mediante controle de usuários e perfis de acesso.
- Sistema de backup automatizado com rotinas diárias, garantindo proteção contra perda de dados.
- Observância rigorosa às disposições da LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais.

4.5 Serviços de Treinamento

Deverão ser ministrados treinamentos na modalidade **online**, conforme detalhamento a seguir:

a) Treinamento para a Equipe de Fiscalização

Conteúdo programático mínimo:

- Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos);
- Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal.

b) Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade

Conteúdo programático mínimo:

- Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR;
- Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária.

4.6 Serviços de Apoio Técnico e Consultoria

a) Suporte técnico ao sistema

Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado, realizado exclusivamente por meio de telefone, chat ou sistema de tickets.

b) Apoio à tomada de decisões nos procedimentos fiscais

Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários.

c) Apoio no cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal

Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais.

d) Elaboração de Laudo de VTN e envio ao SIPT

Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação.

4.7 Prova de Conceito (POC)

a) **Exigência:** Será exigida a realização de **Prova de Conceito** para verificação e validação das funcionalidades dos módulos do sistema, bem como do gerenciamento do data center, do padrão tecnológico empregado, da segurança e do desempenho da solução.

b) **Finalidade:** A POC tem por objetivo confirmar, na prática, que o sistema atende a todos os requisitos técnicos e funcionais especificados, permitindo à Administração avaliar a efetividade da solução antes da contratação definitiva.

c) **Procedimento:** Os critérios, prazos, roteiro e metodologia para realização da Prova de Conceito encontram-se detalhados no **Termo de Referência da contratação**, devendo a licitante vencedora submeter-se integralmente ao procedimento nele previsto.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores de soluções tecnológicas para gestão tributária, com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis, as práticas adotadas por outros entes públicos e os modelos de contratação mais adequados à realidade do Município de Nova Tebas/PR. Identificou-se que o mercado oferece basicamente dois modelos de contratação:

- 1. **Aquisição de Licença de Uso (Perpétua):** A empresa cede o direito de uso do software mediante pagamento de um valor único, geralmente mais alto, podendo haver cobrança de manutenção anual. Exige investimento inicial significativo.
- 2. **Locação de Software (SaaS - Software as a Service):** O município paga uma mensalidade ou anualidade pelo uso do sistema, que inclui hospedagem, suporte e manutenção. Modelo que exige menor investimento inicial e garante atualizações constantes.

5.2 Considerando a necessidade de menor impacto orçamentário imediato, a constante evolução tecnológica e a necessidade de suporte contínuo, o modelo de **Locação de Software (SaaS)** mostra-se o mais adequado e vantajoso para a administração, pois transfere à contratada a responsabilidade pela infraestrutura tecnológica e atualizações, garantindo que o sistema esteja sempre em conformidade com a legislação.

5.3 Foram realizadas buscas em plataformas oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e o portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), bem como em mídias de amplo acesso pela internet, sendo identificadas contratações similares ou registros compatíveis com a presente demanda.

5.4 Durante a pesquisa, foi realizada verificação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e nos portais de transparência de municípios da região, onde foram identificadas contratações de sistemas de gestão de ITR realizadas por outros entes públicos. Tais contratações serviram como referência para validação da demanda, análise dos modelos de contratação adotados e identificação de boas práticas, ainda que não tenham sido utilizadas como parâmetro direto de preços em razão das particularidades de cada ente federativo, como porte, quantidade de imóveis rurais e necessidades operacionais específicas, Resultando na identificação das seguintes contratações:

Órgão / Entidade	Procedimento	Escopo do objeto
Município de Marquinhos/PR	Pregão Eletrônico Nº 40/2025	Fornecimento de Sistema de Gestão de Processos referente ao ITR (Imposto Territorial Rural), no Município de Marquinho/PR

Município de Jardim Alegre/PR	Pregão Eletrônico Nº 77/2025	Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado específico para a gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), bem como, o treinamento dos usuários do Município de Jardim Alegre/PR
-------------------------------	------------------------------	---

Fonte: Elaborada pelos autores

5.5 Constatou-se, ainda, que a maioria dos municípios adota o **Pregão Eletrônico** como modalidade de seleção para contratações desta natureza, revelando-se a **solução mais viável** em razão da celeridade, transparência, competitividade e economicidade que o procedimento proporciona, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O Pregão Eletrônico permite ampla participação de fornecedores de diferentes regiões, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas e garante a observância dos princípios da eficiência e da impessoalidade.

5.6 Observou-se, adicionalmente, que os modelos de remuneração mais frequentemente empregados nas contratações de sistemas de gestão de ITR consistem no pagamento de mensalidades fixas pela locação da plataforma, podendo haver parcela única para implantação e migração de dados, conforme práticas consolidadas no mercado de Software as a Service (SaaS).

5.7 As evidências obtidas por meio do levantamento de mercado demonstram que a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de gestão do ITR constitui prática amplamente adotada na Administração Pública, revelando-se solução adequada para assegurar eficiência operacional, modernização da gestão tributária, padronização dos procedimentos fiscais, racionalização dos custos administrativos e suporte técnico especializado. Constatou-se, ainda, a existência de empresas aptas a atender às demandas do município no mercado regional e nacional, com soluções consolidadas e experiência em contratações com entes públicos, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida. Nesse contexto, considerando as características da necessidade administrativa, a natureza dos serviços demandados e as práticas mercadológicas observadas, passa-se à definição da solução mais apropriada para atendimento do interesse público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na locação de sistema informatizado em plataforma 100% web, especificamente desenvolvido para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), contemplando ainda serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e consultoria especializada.

6.2 Trata-se de ferramenta tecnológica moderna que integra funcionalidades de cadastro, cruzamento de dados oficiais, análise geoespacial por imagens de satélite, cálculo técnico do VTN (Valor da Terra Nua), gerenciamento eletrônico de documentos e emissão automatizada de atos administrativos, proporcionando à fiscalização municipal condições efetivas de controle, lançamento e arrecadação do tributo.

Justificativa Técnica e Econômica

6.3 A solução foi especificamente dimensionada para atender à realidade do Município de Nova Tebas/PR, considerando:

a) Cenário atual: O contrato vigente encontra-se em fase de encerramento, havendo risco iminente de descontinuidade dos serviços essenciais de gestão do ITR. A nova contratação garantirá a transição tempestiva e a manutenção ininterrupta das atividades fiscais.

b) Porte e demanda municipal: As funcionalidades previstas atendem à quantidade estimada de imóveis rurais e ao volume de declarações processadas anualmente pelo município, sem subdimensionamento ou excessos que onerem desnecessariamente o contrato.

c) Necessidades operacionais: O sistema contempla todas as atividades inerentes à gestão do ITR, desde o cadastro imobiliário rural até a emissão de certidões e autuações, passando pelo cruzamento com bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal) e análise técnica por imagens de satélite.

d) Capacitação da equipe: Os treinamentos previstos, direcionados tanto aos fiscais municipais quanto aos contribuintes e contadores, garantirão a apropriada utilização do sistema e o alinhamento com os procedimentos da Receita Federal.

6.4 Custo-Benefício e Sustentabilidade Econômica:

a) Modelo de locação (SaaS): A opção pela locação do sistema, em vez da aquisição de licenças perpétuas, revela-se economicamente mais vantajosa por:

- Dispensar investimento inicial elevado em aquisição de software e infraestrutura de servidores;
- Transferir à contratada a responsabilidade pela hospedagem, atualizações tecnológicas e manutenção;

- Garantir previsibilidade orçamentária por meio de pagamentos periódicos (mensais ou anuais);
- Permitir a adequação do contrato à evolução das necessidades municipais.

b) Sustentabilidade econômica: O investimento na solução é autossustentável, uma vez que o incremento da arrecadação do ITR, decorrente da melhoria dos controles e da eficiência fiscal, tende a superar amplamente o custo da contratação. Estima-se que o aumento da receita própria, pela redução da sonegação e da inadimplência, viabilize economicamente o contrato e ainda gere superávit para investimentos em outras áreas.

c) Custo-benefício: A relação custo-benefício é altamente positiva, considerando que:

- O sistema substitui processos manuais e planilhas por ferramenta automatizada e integrada;
- Reduz o tempo despendido pela equipe em tarefas rotineiras, liberando-a para atividades fiscalizatórias de maior complexidade;
- Minimiza erros de lançamento e inconsistências que poderiam gerar questionamentos e passivos judiciais;

Proporciona ao município acesso a tecnologia de ponta por fração do custo que teria se desenvolvesse solução própria.

6.5 Manutenção e Assistência Técnica:

A contratada deverá disponibilizar serviços permanentes de manutenção e assistência técnica, compreendendo:

- **Suporte remoto:** Atendimento para esclarecimento de dúvidas operacionais e resolução de problemas, realizado por telefone, chat ou sistema de tickets, em horário compatível com o expediente municipal;
- **Manutenção corretiva:** Correção de falhas e bugs identificados no sistema;
- **Manutenção evolutiva:** Atualizações decorrentes de alterações na legislação federal e municipal, garantindo a perene conformidade do sistema;
- **Disponibilidade:** Garantia de funcionamento ininterrupto do sistema, com acesso 24/7 pela equipe municipal.

6.6 Garantia de Segurança e Qualidade:

A solução observa rigorosos padrões de segurança e qualidade, assegurando:

- **Proteção de dados:** Conformidade integral com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo confidencialidade, privacidade e tratamento adequado das informações de contribuintes e do órgão municipal;
- **Backup e recuperação:** Rotinas diárias e automáticas de backup, com possibilidade de recuperação dos dados em caso de incidentes;
- **Controle de acesso:** Sistema com perfis e níveis de acesso diferenciados, garantindo que cada usuário tenha permissões adequadas às suas atribuições;
- **Integridade das informações:** Mecanismos que asseguram a consistência e a confiabilidade dos dados armazenados e processados;

Auditabilidade: Registro de trilhas de auditoria que permitem rastrear as ações realizadas no sistema.

6.7 Retorno econômico esperado:

A implantação da solução proporcionará os seguintes retornos econômicos ao Município de Nova Tebas/PR:

- **Aumento da arrecadação própria:** A melhoria da fiscalização e do controle tende a elevar a arrecadação do ITR pela identificação de contribuintes omissos, sub declarações e inconsistências cadastrais;
- **Redução da inadimplência:** O controle mais efetivo e a agilidade na cobrança contribuem para a diminuição dos índices de inadimplência;
- **Eficiência alocativa:** A automação de processos libera servidores para atividades finalísticas de maior complexidade, otimizando a força de trabalho;
- **Prevenção de perdas:** A identificação tempestiva de irregularidades evita a prescrição de créditos tributários e a perda de receita;
- **Sustentabilidade do contrato:** O incremento da arrecadação gerado pela solução supera o custo da contratação, tornando o investimento autossustentável e gerando saldo positivo para os cofres municipais.

6.8 Diante do exposto, a contratação da solução descrita revela-se técnica e economicamente vantajosa para o Município de Nova Tebas/PR, atendendo às necessidades de modernização da gestão do ITR. Garante a continuidade dos serviços fiscais, promove a eficiência operacional e proporciona retorno econômico pelo incremento da arrecadação própria, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades estimadas foram definidas com base na demanda real do município, considerando o número de imóveis rurais cadastrados e o volume de declarações processadas anualmente. Além disso, levou-se em conta o histórico de utilizações anteriores e dados fornecidos pelo Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização, bem como informações oficiais obtidas junto à Receita Federal e ao INCRA sobre o universo de contribuintes do ITR no município. Também foram consideradas as necessidades operacionais da equipe de fiscalização, incluindo treinamentos e suporte técnico, para garantir a eficácia do sistema.

7.2 Considerando a natureza do objeto, a contratação será realizada em **lote único**, englobando todos os serviços necessários à execução completa da solução de gestão do ITR, incluindo locação do sistema, implantação, migração de dados, treinamentos, suporte técnico, manutenção e consultoria especializada, o que assegura a integridade da solução, a responsabilidade técnica unificada, a eficiência operacional e a otimização de custos, evitando fragmentação que poderia comprometer a compatibilidade entre os módulos e a continuidade dos serviços.

7.3 O detalhamento das quantidades estimadas encontra-se apresentado em tabela própria, integrante deste Estudo Técnico Preliminar, composta exclusivamente pelos itens e respectivas quantidades, sem indicação de valores, os quais serão tratados no tópico referente à estimativa de custos.

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UN/MT	QUANTIDADE
01	<p>Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup.</p> <p>DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.• Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.• Cálculo técnico:<ul style="list-style-type: none">○ Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT.○ Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.• GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte.• Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.• Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso.• Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados.• Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal.	1422	MESES	12

02	<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos). • Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR. • Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. <p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets). • Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários. • Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais. • Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação. 	1422	HORAS	08
----	--	------	-------	----

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.200,00

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em pesquisa de mercado, considerando referências de preços atualizadas e orçamentos obtidos junto a fornecedores especializados no segmento, de forma a garantir economicidade, transparência e adequação à realidade do setor. O procedimento observou as diretrizes do Decreto Municipal nº 5/2024, que regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Nova Tebas/PR.

8.1 Período da Pesquisa

A pesquisa de preços foi conduzida no mês de março de 2026, sendo concluída na data de elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

8.2 Fontes Consultadas

Foram consideradas referências obtidas por meio de consultas a fornecedores físicos via e-mail, pesquisa em sites de comércio eletrônico, análise de informações disponíveis em plataformas de acesso público e consulta ao Portal de Transparência. Foram encaminhadas solicitações de orçamento para 3 (três) fornecedores distintos, todos os quais apresentaram suas propostas dentro do prazo estipulado de 3 (três) dias úteis.

Também foram realizadas buscas em plataformas oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Compras.gov.br, portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), bem como em mídias de amplo acesso pela internet, sendo identificadas contratações similares ou registros compatíveis com a presente demanda.

Foram consideradas referências obtidas exclusivamente por meio de orçamentos físicos junto a fornecedores regionais que atuam com sistema informatizado 100% web de gestão do ITR. Assim, a formação do valor estimado baseou-se em orçamentos fornecidos por empresas físicas, cujos preços refletem a realidade do mercado regional e as especificações técnicas necessárias à execução do sistema de gestão do ITR.

8.3 Método de Apuração Utilizado

A apuração dos valores considerou o tratamento estatístico das cotações obtidas, sendo adotada a **MEDIANA** como critério de referência, por refletir um valor equilibrado e representativo do comportamento do mercado.

Justificativa: Para a formação dos preços referenciais da presente contratação, desconsiderados os valores inexecutáveis e aqueles excessivamente elevados, de modo a evitar distorções que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa. Após a análise dos valores obtidos por meio das diversas fontes de pesquisa, verificou-se ser mais vantajoso adotar o valor da mediana entre os preços válidos, por representar de forma mais equilibrada a realidade do mercado e refletir os preços efetivamente praticados.

A consulta junto a fornecedores físicos foi realizada com empresas que já mantiveram vínculo contratual com o Município ou participaram de certames anteriores, visando garantir maior confiabilidade e coerência aos valores coletados. Foram solicitados orçamentos a 03 (três) empresas, que apresentaram retorno dentro do prazo estabelecido. No tocante às demais fontes de pesquisa, foram identificados resultados consistentes em portais oficiais e bases públicas, ainda que, em alguns casos, não tenham contemplado todos os itens objeto da presente contratação, em razão das especificidades de cada processo licitatório. Ainda assim, as informações obtidas foram suficientes para a composição da cesta de preços e definição dos valores de referência.

Todos os comprovantes, planilhas e resultados das pesquisas encontram-se anexos ao termo de referência, para fins de transparência e auditoria, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Valor Estimado da Contratação

Valor estimado: R\$ 39.200,00

Valor por extenso: trinta e nove mil e duzentos reais.

8.5 Considerações Finais

O valor estimado reflete as condições médias atualmente praticadas no mercado e serve como base para a contratação, assegurando aderência à realidade do setor e viabilidade econômica da proposta, em conformidade com as disposições do Decreto Municipal nº 5/2024.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto não deverá ser parcelado, sendo apenas um lote, por ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não haverá contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a execução do sistema de gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é autônoma e não depende de outras aquisições ou serviços complementares já realizados ou a serem realizados futuramente pela Administração Municipal.

10.2 A presente contratação contempla todos os elementos necessários à implantação, locação, manutenção e treinamento do sistema informatizado, sendo suficiente para o alcance dos objetivos propostos, sem necessidade de vinculação técnica, operacional ou contratual com outros processos administrativos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Até o presente momento, o município não possui previsão específica no Plano Anual de Contratações (PAC) para a presente contratação, tampouco implantou catalogação e padronização própria para sistemas informatizados de gestão tributária dessa natureza.

11.2 Contudo, a despesa apresenta adequação orçamentária e financeira à Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estando plenamente alinhada às metas fiscais e às prioridades de modernização da gestão pública, eficiência administrativa e incremento da arrecadação própria do Município de Nova Tebas/PR.

11.3 Destaca-se que o município tem como diretriz permanente a melhoria dos processos de arrecadação e fiscalização tributária, visando ao aumento da receita própria e à consequente ampliação da capacidade de investimento em políticas públicas essenciais. A contratação do sistema de gestão do ITR insere-se nesse contexto, contribuindo para a modernização da administração tributária, o fortalecimento da justiça fiscal e a promoção do desenvolvimento sustentável do município.

11.4 A execução do sistema de gestão do ITR integra, portanto, o conjunto de ações previstas no planejamento municipal voltadas à eficiência da máquina pública, ao aumento da arrecadação própria e à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, refletindo o compromisso da gestão com a responsabilidade fiscal, a transparência e o desenvolvimento econômico e social do município.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A presente contratação proporcionará ao Município de Nova Tebas/PR um conjunto de benefícios nos âmbitos técnico, econômico, social e ambiental, entre os quais destacam-se:

- Modernização da gestão tributária e eficiência operacional
- Aumento da arrecadação própria e redução da inadimplência
- Melhoria no atendimento ao contribuinte e transparência
- Sustentabilidade ambiental e justiça fiscal
- Capacitação técnica dos servidores e autonomia tecnológica
- Aumento da arrecadação do ITR
- Redução do tempo de processamento de declarações
- Melhoria na satisfação dos contribuintes

12.2 A contratação da solução de gestão do ITR trará benefícios múltiplos e duradouros para o Município de Nova Tebas/PR, superando amplamente os custos envolvidos. Os ganhos técnicos, econômicos, sociais e ambientais aqui descritos justificam plenamente a realização do certame, alinhando a administração municipal às melhores práticas de gestão tributária e aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Após análise da natureza da contratação, verifica-se que não haverá necessidade de adequações físicas ou estruturais adicionais por parte da Administração para a execução do sistema de gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), visto que se trata de solução tecnológica baseada em plataforma 100% web, dispensando a instalação de infraestrutura local de servidores ou equipamentos específicos além dos já existentes no Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização.

13.2 Quanto à capacitação de servidores, a própria contratação já contempla a realização de treinamento específico para a equipe de fiscalização, conforme previsto nos requisitos da solução. Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda designar os servidores que participarão do treinamento, garantindo a adequada transferência de conhecimento e a plena utilização das funcionalidades do sistema.

13.3 A Secretaria Municipal da Fazenda, como área requisitante, deverá adotar as seguintes providências administrativas:

- Encaminhamento do processo devidamente instruído com o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos exigidos para a formalização da licitação;
- Acompanhamento de todas as etapas do certame licitatório, prestando as informações técnicas necessárias à comissão de licitação;
- Indicação formal dos servidores que atuarão como fiscais do contrato, bem como dos usuários que participarão dos treinamentos;
- Disponibilização das informações cadastrais e dados municipais necessários para a implantação do sistema e migração de dados;
- Monitoramento da execução contratual, verificando a conformidade dos serviços prestados e o atendimento aos requisitos estabelecidos.

13.4 O setor de licitações e contratos deverá adotar as providências necessárias à formalização do processo licitatório, observando as etapas de publicação, análise das propostas, adjudicação e homologação do certame, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 5/2024.

13.5 Por fim, a Administração deverá assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento das parcelas mensais durante toda a vigência contratual, observando os cronogramas de desembolso previstos na Lei Orçamentária Anual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Como possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação da solução de gestão do ITR apresenta impactos ambientais positivos preponderantes. Os principais impactos são:

Negativos:

- Consumo energético de data centers (1,7% a 4% das emissões globais de gases de efeito estufa)
- Consumo hídrico para refrigeração
- Geração de resíduos eletrônicos indiretos

Positivos:

- Redução do consumo de papel e insumos (GED e emissão digital)
- Virtualização de documentos e processos
- Otimização de deslocamentos (treinamentos e atendimento online)
- Estímulo à preservação ambiental via fiscalização do ITR (potencial de evitar 5,26 milhões de hectares de desmatamento até 2030)

14.2 Para mitigar tais impactos, a empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis, incluindo:

- Uso de data centers verdes e eficientes
- Ciclo de vida da infraestrutura (Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023)
- Processo digital como regra

14.3 A contratação apresenta impactos ambientais positivos preponderantes, com impactos negativos mitigados pela operação sustentável da contratada. Os benefícios ambientais incluem redução de papel, eliminação de deslocamentos e estímulo à preservação ambiental. A solução está alinhada às diretrizes de sustentabilidade (Lei 14.133/2021, Decreto 7.746/2012 e portarias SGD/MGI), promovendo modernização administrativa com responsabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Diante do exposto, a contratação da solução descrita revela-se técnica e economicamente vantajosa para o Município de Nova Tebas/PR, atendendo plenamente às necessidades de modernização da gestão do ITR, garantindo a continuidade dos serviços fiscais, promovendo a eficiência operacional e proporcionando retorno econômico por meio do incremento da arrecadação própria, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

15.2 Com base na análise das necessidades apresentadas, no levantamento de mercado realizado e nos benefícios esperados, **declaro que a presente contratação é VIÁVEL**, uma vez que a solução pretendida atende aos requisitos legais, técnicos e operacionais do Município de Nova Tebas/PR, visando o interesse público e a modernização da gestão tributária.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERA LUCIA
APARECIDA NARDELLI
CASTRO:57754438968

VERA LUCIA APARECIDA NARDELLI CASTRO
Secretária Municipal da Fazenda

Assinado de forma digital por
VERA LUCIA APARECIDA
NARDELLI CASTRO:57754438968
Dados: 2026.04.08 09:28:56
-03'00'

MARIA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS
Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 16:14:05.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Termo de Referência 37/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	989913-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR	MARIA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS	08/04/2026 09:23 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Não se aplica/Não se aplica		1

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado 100% web para a gestão e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do Município de Nova Tebas/PR, incluindo serviços de treinamento, suporte técnico e consultoria especializada.

TABELA DE REFERÊNCIA DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UN/MT	QTDE	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup. DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS: <ul style="list-style-type: none">Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com	1422	MESES	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00

	<p>ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cálculo técnico: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT. ◦ Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte. • GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte. • Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração. • Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso. • Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados. • Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709 /2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal. 					
02	<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos). • Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR. 	1422	HORAS	08	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. 					
	<p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets). • Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários. • Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais. • Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação. 					

- 1.2. O objeto desta contratação é classificado como **serviço comum**, uma vez que, embora envolva funcionalidades técnicas específicas, trata-se de uma solução de software padronizada disponível no mercado, com especificações definidas e passível de ser contratada por meio de critérios objetivos.
- 1.3. O serviço é enquadrado como **contínuo**, tendo em vista que a gestão do ITR é uma atividade permanente da Administração Municipal, que necessita da ferramenta de forma ininterrupta para a realização de suas atividades fiscais.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da formalização do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação, bem como a justificativa dos quantitativos e valores estimados, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra este Termo de Referência como documento de suporte e subsidiário à decisão administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição detalhada da solução encontra-se apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra este Termo de Referência como documento de suporte e embasamento técnico.

3.2 De forma resumida, a solução consiste na locação de sistema informatizado em plataforma 100% web para a gestão e fiscalização do ITR. O sistema deverá integrar funcionalidades de cadastro, cruzamento de dados oficiais, análise geoespacial por imagens de satélite, cálculo técnico do Valor da Terra Nua (VTN), gerenciamento eletrônico de documentos e emissão automatizada de atos administrativos.

3.3 O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

- **Implantação e Migração de Dados:** Configuração do sistema e migração dos dados históricos do município;
- **Operação e Utilização:** Período de uso contínuo do sistema pela equipe de fiscalização municipal;
- **Manutenção e Suporte:** Serviços de manutenção corretiva, evolutiva e suporte técnico durante toda a vigência;
- **Treinamento e Capacitação:** Transferência de conhecimento para servidores e contribuintes;

Desativação (ao final do contrato): Garantia de portabilidade e entrega dos dados em formato acessível, caso haja a não renovação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O fornecedor deve cumprir os requisitos e especificações deste Termo de Referência.

4.2. Poderão participar do certame todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido.

4.3 Requisitos Gerais da Solução:

- Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web, dispensando a instalação de aplicativos locais e permitindo o acesso remoto por meio de navegadores de internet.
- Disponibilização de suporte técnico remoto para manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas operacionais.
- Execução de rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo a integridade, disponibilidade e recuperação dos dados armazenados.

Conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando segurança, confidencialidade e privacidade dos dados.

4.4 Características e Funcionalidades Obrigatórias:

- **Cruzamento de dados:** Importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios).
- **Análise por imagens de satélite:** Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição.
- **Cálculo técnico:** Apuração do VTN e módulo para cálculo de rebanho.
- **GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos):** Repositório para armazenar e vincular documentos digitalizados ao processo fiscal.
- **Emissão de atos administrativos:** Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração.
- **Relatórios técnicos:** Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo e mapas georreferenciados.

4.5 Requisitos de Infraestrutura e Segurança:

- Acesso disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, mediante controle de usuários e perfis de acesso.
- Sistema de backup automatizado com rotinas diárias.

4.6 Serviços de Treinamento:

- **Para a Equipe de Fiscalização (online):** Operação completa do sistema e utilização do Portal ITR da Receita Federal.
- **Para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade (online):** Orientações sobre preenchimento e transmissão da declaração do ITR.

4.7 Serviços de Apoio Técnico e Consultoria:

- **Suporte técnico ao sistema:** Atendimento remoto (telefone, chat ou sistema de tickets).
- **Apoio à tomada de decisões:** Assessoria técnica em casos complexos.
- **Apoio no cumprimento das Instruções Normativas da RFB:** Orientação continuada.
- **Elaboração de Laudo de VTN e envio ao SIPT:** Realização de laudo técnico e envio ao Sistema de Preços de Terras.

4.8 Prova de Conceito (POC):

Será exigida a realização de Prova de Conceito para verificação e validação das funcionalidades do sistema pela licitante vencedora, conforme especificações a seguir:

a) **Obrigatoriedade:** A realização da Prova de Conceito (POC) é condição indispensável para a homologação do certame e assinatura do contrato, com o objetivo de verificar se a Solução de TIC apresentada pela licitante classificada em primeiro lugar atende a todos os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme critérios objetivos detalhados em anexo próprio.

b) **Fase de Realização:** A POC ocorrerá na fase de julgamento das propostas, preferencialmente de forma remota, por meio de ferramenta de videoconferência, com gravação da sessão para fins de documentação. A Administração poderá, justificadamente, exigir a realização presencial nas dependências do Município.

c) **Agendamento e Participação:** A data e o horário da POC serão definidos pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos em conjunto com a licitante, que deverá ser convocada com antecedência. Participarão da conferência os operadores da solução, os responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, e o agente de contratação. As demais licitantes classificadas poderão acompanhar a sessão, mediante solicitação prévia pelo sistema eletrônico.

d) **Procedimento de Avaliação:** A licitante deverá demonstrar, em ambiente de teste próprio, o funcionamento integral e interativo de todas as funcionalidades obrigatórias, vedada a utilização de vídeos, slides ou simulações não interativas. Serão avaliados critérios de integralidade, integração entre módulos, automação de processos e usabilidade.

ITEM	FUNCIONALIDADE A SER DEMONSTRADA	DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEMONSTRAÇÃO
1	Acesso e Arquitetura Web	Acessar o sistema exclusivamente por meio de um navegador de internet, sem a instalação de quaisquer plugins, aplicativos complementares ou softwares locais. Demonstrar a navegação entre os módulos.
2	Cruzamento de Dados	Realizar a importação de uma base de dados de exemplo (fornecida pela Administração ou dados de teste) e demonstrar o cruzamento entre duas fontes (ex: INCRA e CAR), identificando e listando automaticamente inconsistências cadastrais e propriedades omissas.
3	Análise por Imagens de Satélite	Selecionar um imóvel rural fictício, exibir sua área declarada e utilizar as ferramentas de desenho e medição sobre imagens multitemporais (duas datas diferentes) para calcular a área efetivamente utilizada, confrontando-a com a declarada.
4	Cálculo Técnico (VTN e Rebanho)	Demonstrar a apuração do Valor da Terra Nua (VTN) utilizando um parâmetro municipal (ex: R\$/ha) e, em seguida, alterá-lo para um parâmetro do SIPT, mostrando a diferença no cálculo. Em seguida, demonstrar o módulo de cálculo de rebanho, importando uma nota fiscal eletrônica (NFe) de exemplo e cruzando com a declaração de um contribuinte teste.

5	GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)	Realizar o upload de um documento digitalizado (ex: uma matrícula fictícia), indexá-lo e vinculá-lo ao processo fiscal de um contribuinte específico. Demonstrar a busca e visualização do documento no repositório.
6	Emissão de Atos Administrativos	A partir de um procedimento fiscal fictício, gerar de forma automatizada, sem necessidade de digitação manual, as minutas de uma Notificação, uma Intimação e um Auto de Infração, com os dados do contribuinte preenchidos corretamente.
7	Relatórios Técnicos	Gerar um relatório consolidado de um procedimento fiscal, que deverá conter memória de cálculo, um mapa georreferenciado do imóvel e a lista de documentos probatórios anexados.
8	Gestão de Segurança e LGPD	Demonstrar a criação de dois perfis de acesso (ex: "Fiscal" e "Administrador"), mostrando as permissões distintas de cada um. Acessar o sistema com o perfil "Fiscal" e demonstrar que funções administrativas (ex: exclusão de dados) estão bloqueadas. Demonstrar, de forma teórica, a rotina de backup automatizado e o processo de recuperação de dados.
9	Treinamento e Suporte	Apresentar de forma sucinta o plano de treinamento para os fiscais e para os contribuintes/contadores, demonstrando os materiais que serão utilizados (slides, apostilas, ambiente de homologação) e o modelo de suporte técnico (ex: abertura de chamado via sistema de tickets).

e) **Critérios de avaliação e validação:** Cada funcionalidade listada no roteiro será avaliada pelos servidores designados. Será considerada **APTA** a licitante que demonstrar, em tempo real, o pleno funcionamento de todas as funcionalidades, conforme os seguintes critérios:

- **Integralidade:** A funcionalidade deve estar completamente operacional, conforme descrito no Termo de Referência.
- **Integração:** Os módulos do sistema devem dialogar entre si. Os dados gerados em um módulo (ex: a inconsistência encontrada no cruzamento) devem estar disponíveis e ser utilizáveis nos módulos subsequentes (ex: geração do auto de infração).
- **Automação:** As funcionalidades de cálculo e emissão de atos devem ser automatizadas, demonstrando que o sistema realiza os procedimentos sem a necessidade de intervenção manual para cálculos ou preenchimento de textos padronizados.
- **Usabilidade:** A interface deve ser intuitiva e de fácil navegação, permitindo que um servidor público consiga operar o sistema após o treinamento previsto.

f) **Desclassificação e Convocação Sucessiva:** A não realização, a recusa em participar ou o não atendimento de qualquer dos requisitos testados implicará a desclassificação da licitante. Nesse caso, a Administração convocará a licitante seguinte na ordem de classificação para, querendo, apresentar sua solução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, repetindo-se o procedimento até que se encontre uma solução que atenda integralmente aos requisitos.

g) **Ata e Responsabilidade:** Será lavrada ata circunstanciada da POC, registrando o cumprimento ou não de cada item testado, assinado pelos avaliadores e pelo representante da licitante. Todas as despesas decorrentes da preparação, deslocamento e apresentação da POC correrão por conta exclusiva da licitante, sem qualquer ressarcimento por parte da Administração.

4.9 Subcontratação:

É vedada a subcontratação integral do objeto. A subcontratação parcial poderá ocorrer mediante autorização prévia e formal da Administração, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a execução, qualidade e conformidade técnica de todos os serviços prestados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

A contratada deverá disponibilizar o sistema em ambiente de produção no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Todos os serviços de suporte, manutenção e consultoria serão prestados de forma remota, durante o horário comercial (segunda a sexta, das 8h às 17h), com exceção do acesso ao sistema, que será 24/7.

5.2. Local de Execução

Os serviços serão executados no Município de Nova Tebas/PR, de forma remota, com acesso ao sistema pelo servidor do responsável.

5.3. Recebimento dos Serviços

O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidores designados pela Administração Municipal, que verificarão a conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência.

- **Recebimento provisório:** Será realizado pela equipe de fiscalização após a implantação do sistema e entrega dos primeiros produtos, para verificação de conformidade.
- **Recebimento definitivo:** Será de responsabilidade do titular da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas.

5.4. A fiscalização técnica e o recebimento provisório dos serviços ficará sob responsabilidade da servidora Gislaine Vidal dos Santos Bernardino, Fiscal de Tributação da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

5.5 O recebimento definitivo será de responsabilidade da servidora Vera Lucia Ap^a Nardelli de Castro, Secretária Municipal da Fazenda, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas, conforme disposto no Decreto Municipal 060/2024, o recebimento definitivo ficará a cargo do secretário responsável pela pasta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Gestão e Fiscalização de contratos

6.7 A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo a Portaria de N°307/2023 a de Fiscal de Contratos na pessoa de Dhienilson Fernandes da Paz e Portaria N°309/2023 a de Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski. Caso no decorrer da vigência da contratação aconteça a substituição de algum dos membros designados, a fiscalização e gestão ficará a cargo dos novos servidores designados.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O presente tópico está incluído neste Termo de Referência em caráter formal, considerando que a aplicação de sanções administrativas não constitui prática rotineira da Secretaria Municipal da Fazenda, demandante deste processo.

7.2. Eventuais descumprimentos contratuais, atrasos, falhas na execução, ou inobservância das condições estabelecidas serão devidamente registrados pela equipe de fiscalização e encaminhados aos órgãos competentes da Administração Municipal, para análise e deliberação quanto à aplicação das medidas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5/2024.

7.3 A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

7.4. Entre as sanções que poderão ser aplicadas, mediante processo administrativo regular, incluem-se as previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, tais como advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade, observados o contraditório e a ampla defesa.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Prazo do pagamento

8.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o atesto da Nota Fiscal pela fiscalização, que deverá verificar a conformidade na prestação dos serviços de suporte e a disponibilidade do sistema no período.

8.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, observadas as retenções legais e tributárias aplicáveis.

Forma de pagamento

8.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei, não sofrerá a retenção tributária quanto Complementar nº 123, de 2006 aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventuais destaques do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, observando as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo edital.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução será o de empreitada por preço global, abrangendo a execução integral do objeto, incluindo a disponibilização da plataforma web, implantação, migração de dados, treinamento dos servidores e contribuintes, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, consultoria especializada e demais serviços previstos neste Termo de Referência.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

9.3 Somente serão aceitas propostas que apresentem valores compatíveis com a estimativa de preços elaborada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), observado o limite máximo fixado no edital e o princípio da economicidade. Propostas com preços inexequíveis ou superiores ao valor estimado serão desclassificadas.

Exigências de Habilitação

9.4 Para fins de habilitação, a empresa proponente deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Contrato social ou documento equivalente, devidamente registrado;
- b) Inscrição Estadual ou Municipal, alvará ou CICAD (qualquer um destes, conforme o caso);
- c) Certidões de Regularidade: Federal, Estadual e Municipal;
- d) Certidão Trabalhista – CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- e) Certidão de Regularidade do Empregador junto ao FGTS;
- f) Certidão de Falência e Concordata;
- g) Balanço financeiro dos dois últimos exercícios fiscais (preferencialmente 2024 e 2025), demonstrando capacidade econômico-financeira;

h) Declaração de conhecimento das condições de execução do objeto;

i) Atestado(s) de fornecimento de sistema de gestão de ITR ou de software tributário compatível, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade de execução do objeto.

j) Atestado de capacidade técnica: Documento emitido por outro cliente público ou privado (Comprova que a empresa já implantou sistema semelhante (tributário, arrecadação, fiscalização etc.)

k) AUTORIZAÇÃO/USO DO SOFTWARE, caso seja proprietária do software, demonstrar a comprovação, ou caso seja de terceiros, se a mesma é licenciada para utilizar.

l) Declaração de que mantém ou manterá escritório/representação em território nacional para fins de comunicação e recebimento de notificações oficiais.

Disposições Complementares

9.5 Os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa proponente (matriz ou filial, conforme o caso).

9.6 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, quando cabível e dentro do prazo de validade legal.

9.7 O não atendimento aos requisitos de habilitação ensejará a inabilitação do licitante, nos termos da legislação vigente.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$39,200.00 (trinta e nove mil e duzentos reais), compatível com as condições de mercado e adequado para atender às necessidades da Administração Municipal.

10.2 Os preços e quantidades registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual fato que eleve o custo dos serviços nas situações elencadas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários disponibilizados no exercício de 2026.

11.2. A dotação orçamentária será informada posteriormente no processo pelo Departamento de Contabilidade.

11.3. A execução orçamentária e financeira observará as disposições da Lei Orçamentária Anual (LOA), em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) vigentes.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que permanecerá restrito até a fase de julgamento das propostas, conforme determina o art. 24, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que o integra como documento de suporte, e servirá de base técnica e administrativa para o processo licitatório destinado à contratação da empresa responsável pela execução do objeto.
- 12.3. A observância das condições aqui estabelecidas é obrigatória para ambas as partes, garantindo a execução do objeto conforme os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.
- 12.4. Os casos omissos ou eventuais situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com os setores competentes da Administração Municipal.

13. ANEXO I

Este Tópico não se aplica a esta contratação.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônica* nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERA LUCIA APARECIDA
NARDELLI
CASTRO:57754438968
VERA LUCIA APARECIDA NARDELLI CASTRO

Assinado de forma digital por VERA
LUCIA APARECIDA NARDELLI
CASTRO:57754438968
Dados: 2026.04.08 09:26:09 -03'00'

Secretária Municipal da Fazenda

MARIA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS

Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:23:53.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.


- Anexo I - Cesta de precos_Cotacao_Contratacoes similares.pdf (3.53 MB)

CESTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CODIGO	UN/MED	QUANT.	CONVICTA TREINAMENTOS LTDA	GeoPericias Avaliações e Tecnologia LTDA	CM Assessoria e Planejamento Ltda	CONSULTA DE LICITAÇÕES (TCE-PR) DOIS VIZINHOS/PR	MUNICÍPIO DE MARQUINHOS /PR PREGÃO 40/2025 (PNCPI)	Município de Jardim Alegre/PR - contratação similar	MÉDIA	MEDIANA	MENOR VALOR	TOTAL MÉDIA	TOTAL MEDIANA	TOTAL MENOR VALOR
1	Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup. DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATORIAS: Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração. Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada. Cálculo técnico: Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT. Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte. GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte. Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração. Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA: Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso. Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados. Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal.	14222	Mês	12	R\$ 2,500.00	R\$ 3,000.00	R\$ 1,000.00	R\$ 4,000.00	R\$ 5,500.00	R\$ 5,493.60	R\$ 3,166.67	R\$ 3,000.00	R\$ 2,500.00	R\$ 38,000.04	R\$ 36,000.00	R\$ 30,000.00
2	Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar: DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo: Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos). Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando: Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR. Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets). Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários. Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais. Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação.	14222	Serviço	8	R\$ 400.00	NÃO COTOU	R\$ 1,600.00	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO	R\$ 139.67	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 400.00	R\$ 3,200.00	R\$ 3,200.00	R\$ 3,200.00
VALOR TOTAL														R\$ 41,200.04	R\$ 39,200.00	R\$ 33,200.00

	VALOR CONSIDERADO INEXEQUÍVEL
	VALOR CONSIDERADO EXCESSIVAMENTE ELEVADO

Re: Solicitação de Cotação – Locação de Sistema de Fiscalização do ITR



De


CMM ASSESSORIA <projetoscmm@projetoscmm.com.br>

Para

<prefeitura@novatebas.pr.gov.br>

Data

2026-03-12 14:16

 Orçamento.pdf (~699 KB)

Boa tarde, segue orçamento solicitado.

Em qua., 11 de mar. de 2026 às 08:49, <prefeitura@novatebas.pr.gov.br> escreveu:

Prezados,

Solicito cotação para locação de sistema informatizado de fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), conforme especificações técnicas detalhadas no documento em anexo.

Aguardamos proposta comercial contendo:

Dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, contatos);

Valores mensais e anuais da locação;

Local e data do orçamento;

Validade do orçamento;

Escopo detalhado dos serviços inclusos (suporte, backup, garantias, atualizações, etc.);

Assinatura do representante legal da empresa;

Agradecemos o retorno até 3 (três) dias úteis para análise e prosseguimento do processo.

Atenciosamente,
Vera Lucia Nardelli Castro
Secretária Municipal da Fazenda
Prefeitura Municipal de Nova Tebas

--

Bianca Cikoski da Costa
CMM Assessoria Tributária e Projetos Ltda.
Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1561
Edifício Office One, Sala 02.
Francisco Beltrão – PR
CEP: 85.601-030
Fone/Whats: (46) 3905-2905

COTAÇÃO – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DO ITR**RAZÃO SOCIAL:** CM Assessoria e Planejamento Ltda**CNPJ:** 10.528.717/0001-64**ENDEREÇO:** Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1561**CEP:** 85.601-030**TELEFONE:** (46) 3905-2900**E-MAIL:** cmplanejamento@cmplanejamento.com.br

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN/MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01		<p>Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup.</p> <p>DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.• Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.• Cálculo técnico:<ul style="list-style-type: none">○ Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT.○ Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.	12	1.000,00	12.000,00

		<ul style="list-style-type: none"> • GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte. • Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração. • Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso. • Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados. • Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal. 			
02		<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p>	12	1.600,00	19.200,00

		<ul style="list-style-type: none"> • Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos). • Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR. • Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. <p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets). • Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários. • Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais. 			
--	--	---	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none">● Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação.			
--	--	---	--	--	--

TOTAL 31.200,00

Orçamento válido por 30 dias.


Francisco Beltrão/PR, 12 de março de 2026.

CLAUDIA
FRIGERI

Assinado de forma
digital por CLAUDIA
FRIGERI
Dados: 2026.03.12
14:14:01 -03'00'

Assinatura/Carimbo Empresa

Re: Solicitação de Cotação – Locação de Sistema de Fiscalização do ITR



De

CONVICTA TREINAMENTOS <convictatreinamentos@gmail.com>

Para

<prefeitura@novatebas.pr.gov.br>

Data

2026-03-17 09:40

 COTAÇÃO – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DO ITR.pdf (~299 KB)

Bom dia, tudo bem?

Segue orçamento solicitado.

Att
Convicta Treinamentos

Em seg., 16 de mar. de 2026 às 11:35, <prefeitura@novatebas.pr.gov.br> escreveu:

Prezados,

Solicito cotação para locação de sistema informatizado de fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), conforme especificações técnicas detalhadas no documento em anexo.

Aguardamos proposta comercial contendo:

Dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, contatos);

Valores mensais e anuais da locação;

Local e data do orçamento;

Validade do orçamento;

Escopo detalhado dos serviços inclusos (suporte, backup, garantias, atualizações, etc.);

Assinatura do representante legal da empresa;

Agradecemos o retorno até 3 (três) dias úteis para análise e prosseguimento do processo.

Atenciosamente,
Vera Lucia Nardelli Castro
Secretária Municipal da Fazenda
Prefeitura Municipal de Nova Tebas





A PREFEITURA DE NOVA TEBAS/PR

Razão Social: CONVICTA TREINAMENTOS LTDA

CNPJ: 17.834.237/0001-70

Inscrição estadual: Isento

Endereço: Rua República Argentina, 508

Barracão/PR

Telefone: (49) 3644-1756

E-mail: convictatreinamentos@gmail.com

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN/MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01		<p>Locação de sistema desenvolvido em plataforma 100% web para apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto e rotinas diárias de backup.</p> <p>DAS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamento de dados: Capacidade de importar e cruzar informações de bases oficiais (INCRA, CAR, Receita Federal, cartórios) para identificar inconsistências cadastrais, sub declarações de área e omissões de declaração.• Análise por imagens de satélite: Visualização e comparação de imagens multitemporais, com ferramentas de desenho e medição para confrontar a área declarada pelo contribuinte com a área efetivamente utilizada.• Cálculo técnico:<ul style="list-style-type: none">○ Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) com base em parâmetros municipais ou do SIPT.○ Módulo para cálculo de rebanho, permitindo cruzamento com notas fiscais e declarações do contribuinte.	12	R\$2.500,00	R\$30.000,00

		<ul style="list-style-type: none"> ● GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos): Repositório para armazenar, indexar e vincular documentos digitalizados (matrículas, CCIR, comprovantes, laudos) ao processo fiscal do contribuinte. ● Emissão de atos administrativos: Geração automatizada de minutas de notificações, intimações e autos de infração. ● Relatórios técnicos: Geração de relatórios consolidados com memória de cálculo, mapas georreferenciados e documentação probatória para fundamentar os procedimentos fiscais. <p>DA INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Acesso 24/7 mediante controle de usuários e perfis de acesso. ● Rotinas diárias e automáticas de backup, garantindo integridade e disponibilidade dos dados. ● Assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em todas as etapas de fornecimento, implantação e operação do sistema, assegurando a segurança, confidencialidade e privacidade dos dados dos contribuintes e do órgão municipal. 			
02		<p>Apoio à fiscalização municipal do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), incluindo suporte técnico remoto, treinamentos, assessoria para cumprimento normativo e elaboração de laudos técnicos para composição do SIPT, deverá contemplar:</p> <p>DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO</p> <p>Treinamento para a Equipe de Fiscalização online voltado aos fiscais municipais, abrangendo:</p>	01 unid.	R\$400,00	R\$400,00

		<ul style="list-style-type: none"> • Operação completa do sistema locado (navegação, funcionalidades, emissão de relatórios e atos administrativos). • Utilização do Portal ITR da Receita Federal, incluindo consultas, validação de declarações e acompanhamento de procedimentos fiscais junto ao órgão federal. <p>Treinamento para Contribuintes e Profissionais da Contabilidade online direcionado a proprietários rurais, contadores e responsáveis pelo envio da declaração do ITR, abordando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre preenchimento e transmissão da Declaração do ITR. • Esclarecimento sobre obrigações acessórias, prazos e documentação necessária. <p>DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E CONSULTORIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte Técnico ao Sistema. Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas operacionais, resolução de problemas e manutenção corretiva do sistema locado. Atendimento realizado exclusivamente de forma remota (telefone, chat ou sistema de tickets). • Apoio à Tomada de Decisões nos Procedimentos Fiscais. Assessoria técnica para orientar a fiscalização municipal na análise de casos complexos, interpretação de dados cruzados e definição da melhor estratégia para autuações e lançamentos tributários. • Apoio no Cumprimento das Instruções Normativas da Receita Federal. Orientação continuada para garantir que os procedimentos adotados pelo município estejam alinhados às normas e exigências da Receita Federal do Brasil, prevenindo inconsistências e garantindo validade jurídica aos atos fiscais. 			
--	--	---	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> ● Elaboração de Laudo de VTN e Envio ao SIPT. Realização de laudo técnico para levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) do município, com respectivo envio e validação junto ao Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal, assegurando que os parâmetros municipais estejam oficialmente registrados para fins de fiscalização e tributação. 			
--	--	---	--	--	--

O valor do orçamento global é de R\$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais);

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.


Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos.

Barracão/PR, 17 de março de 2026.



JOAREZ LIMA HENRICHS
REPRESENTANTE LEGAL
CPF 385.752.999-72











Re: Solicitação de Cotação – Locação de Sistema de Fiscalização do ITR



De Multisig Geoprocessamento <contato@multisig.com.br>

Para <prefeitura@novatebas.pr.gov.br>

Data 2026-03-11 09:57

-  Instruções de Uso SIG MT.pdf (~2,5 MB)
-  Minuta_Decreto_Avaliações_16_07_2025.docx (~24 KB)
-  Modelo Levantamento SIG M.T..pdf (~7,2 MB)
-  Municípios Clientes.pdf (~323 KB)
-  ORÇAMENTO SIGM.T 2025 módulo 1.1 (com análise de laudo).pdf (~346 KB)
-  ORÇAMENTO SIGM.T 2025 módulo 1.2 (com dados abertos).pdf (~327 KB)
-  ORÇAMENTO SIGM.T 2025 módulo 1.3 (com análise de laudo + dados abertos).pdf (~283 KB)
-  ORÇAMENTO SIGM.T 2025 módulo 1.pdf (~345 KB)
-  Folder SIGMT ITBI e ITR.pdf (~484 KB)
-  Folder SIGMT ITR.pdf (~358 KB)

Bom dia, Vera

Tudo bem ?

Segue os orçamentos, solicitados

Aproveitndo o contato, Gostaríamos de apresentar nosso sistema SIG Mercado de Terras, ele auxilia os municípios otimizando a fiscalização de ITR e ITBI Rural, detectando subavaliações com mapas, imagens de satélite e relatórios técnicos validados por ART.

Te convidamos para uma reunião online rápida de 20 a 30 minutos via Google Meet, onde mostro as funcionalidades e benefícios da nossa plataforma.

Podemos agendar ?



Em 11/03/2026 07:48, prefeitura@novatebas.pr.gov.br escreveu:

Prezados,

Solicito cotação para locação de sistema informatizado de fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), conforme especificações técnicas detalhadas no documento em anexo.

Aguardamos proposta comercial contendo:

Dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, contatos);

Valores mensais e anuais da locação;

Local e data do orçamento;

Validade do orçamento;

Escopo detalhado dos serviços inclusos (suporte, backup, garantias, atualizações, etc.);

Assinatura do representante legal da empresa;

Agradecemos o retorno até 3 (três) dias úteis para análise e prosseguimento do processo.

Atenciosamente,

Vera Lucia Nardelli Castro

Secretária Municipal da Fazenda

Prefeitura Municipal de Nova Tebas

COTAÇÃO DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Nova Tebas/PR.

Nome da empresa: GeoPerícias Avaliações e Tecnologia LTDA.

CNPJ/MF: 61.916.799/0001-55

ENDEREÇO: Rua Eduardo Santos Pereira, nº 1518 – sala 204 - Campo Grande - MS

E-mail: contato@geopericias.com.br

Senhores,

Apresentamos abaixo o orçamento de preços para o fornecimento dos serviços do objeto abaixo discriminado, conforme vossa solicitação:

Item	Qtde	Unid	Descrição dos Serviços	Valor Unitário (MENSAL)	Valor Total Global
01	12	MÊS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE PLATAFORMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, COM INTEGRAÇÃO DE DADOS FUNDIÁRIOS, AMBIENTAIS E VALORES DE MERCADO DE TERRAS RURAIS, DESTINADA A AUXILIAR TECNICAMENTE AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.	3.000,00	36.000,00
Valor Total (R\$)			36.000,00		

- a) Prazo: período de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos.
- b) Declaramos que, em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, incidentes na prestação dos serviços a serem fornecidos, tais como: impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista.
- c) Validade da proposta: 90 (noventa) dias

Campo Grande (MS), 11 de março de 2026.



Wagner de Oliveira Filippetti

Eng. Agrônomo CREA nº 260184970-3 (Registro Nacional)
Especialista em Georreferenciamento
Pós-graduado em Engenharia de Avaliações
Corretor de Imóveis – CRECI/MS nº 4116
Avaliador de Imóveis – CNAI/COFECI nº 3262
Membro titular do IBAPE/MS nº 084

(67) 3384.6388 | (67) 99836-5501

geopericiasavaliacoes@gmail.com

Rua Eduardo Santos Pereira, nº 1518 – sala 204,

Centro – CEP: 79.020-170

Campo Grande/MS

Edital nº 40/2025

Última atualização 10/09/2025



[Acessar Contratação](#)

Local: Marquinho/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE MARQUINHO

Unidade compradora: 1319 - MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 08/09/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 08/09/2025 08:26 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 22/09/2025 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 01612552000113-1-000049/2025 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 76.971,84	R\$ 66.000,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
6444080	FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, VISANDO APOIO NO LEVANTAMENTO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS, ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SUPORTE TECNICO PRESENCIAL E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.	12	R\$ 6.414,32

[< Voltar](#)

Item nº 6444080

Descrição: FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, VISANDO APOIO NO LEVANTAMENTO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS, ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SUPORTE TECNICO PRESENCIAL E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP

Margem de preferência normal: Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** MÊS **Valor unitário estimado:** R\$ 6.414,32

Valor total estimado: R\$ 76.971,84

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2025

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 17.834.237/0001-70

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Edital nº 40/2025



Item nº 6444080

Descrição: FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, VISANDO APOIO NO LEVANTAMENTO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS, ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SUPORTE TECNICO PRESENCIAL E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP

Margem de preferência normal: Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** MÊS **Valor unitário estimado:** R\$ 6.414,32

Valor total estimado: R\$ 76.971,84

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2025

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 17.834.237/0001-70

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
6444080	FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, VISANDO APOIO NO LEVANTAMENTO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS, ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SUPORTE TECNICO PRESENCIAL E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.	12	R\$ 6.414,32

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

Item nº 6444080

Descrição: FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS REFERENTE AO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, VISANDO APOIO NO LEVANTAMENTO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS, ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA, SUPORTE TECNICO PRESENCIAL E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP

Margem de preferência normal: Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** MÊS **Valor unitário estimado:** R\$ 6.414,32

Valor total estimado: R\$ 76.971,84

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2025

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 17.834.237/0001-70

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM
ALEGRE**

Praça Mariana Leite Felix, 800 – CEP - 86860-000
e-mail: licitacao@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM
ALEGRE - PR

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo nº 130/2025
- b) Licitação nº 77/2025
- c) Modalidade Pregão
- d) Data Adjudicação 20/10/2025
- e) Objeto Adjudicação Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado específico para a gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), bem como, o treinamento dos usuários do Município de Jardim Alegre/PR para a adequada utilização das funcionalidades disponibilizadas.

FORNECEDOR: CONVICTA TREINAMENTOS LTDA - CNPJ:

17.834.237/0001-70

Valor Total do Fornecedor: 67.040,56 (sessenta e sete mil e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

LOTE 1

Valor Total do Lote: 67.040,56 (sessenta e sete mil e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Item – Fornecimento de sistema web de apoio à fiscalização do ITR, com suporte técnico ao uso da plataforma: Fornecimento de sistema informatizado 100% web destinado a apoiar a fiscalização municipal do	Serviço	SERV	12	5.493,60	65.923,20

ADAIL MAGIN MARTINS
Presidente da Comissão de Licitação

Fls.: 107



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM
ALEGRE**

Praça Mariana Leite Felix, 800 – CEP - 86860-000

e-mail: licitacao@jardimalegre.pr.gov.br

Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM

ALEGRE - PR

<p>Imposto Territorial Rural (ITR). A ferramenta deverá disponibilizar funcionalidades como cruzamento de dados, análise por imagens de satélite, emissão de modelos de notificações e intimações, GED (gerenciamento eletrônico de documentos), cálculo de rebanho e Valor da Terra Nua (VTN), geração de relatórios técnicos, entre outras rotinas que auxiliem o trabalho da equipe fiscal. O sistema deverá contar com suporte técnico remoto voltado exclusivamente ao seu funcionamento, abrangendo esclarecimento de dúvidas, resolução de problemas operacionais e manutenção corretiva</p>						<p>ADAIL MAGIN MARTINS Presidente da Comissão de Licitação</p> <p>Fls.: <u>108</u></p>
---	--	--	--	--	--	--



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM
ALEGRE**

Praça Mariana Leite Felix, 800 – CEP - 86860-000

e-mail: licitacao@jardimalegre.pr.gov.br

Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM

ALEGRE - PR

	<p>Imposto Territorial Rural (ITR). A ferramenta deverá disponibilizar funcionalidades como cruzamento de dados, análise por imagens de satélite, emissão de modelos de notificações e intimações, GED (gerenciamento eletrônico de documentos), cálculo de rebanho e Valor da Terra Nua (VTN), geração de relatórios técnicos, entre outras rotinas que auxiliem o trabalho da equipe fiscal. O sistema deverá contar com suporte técnico remoto voltado exclusivamente ao seu funcionamento, abrangendo esclarecimento de dúvidas, resolução de problemas operacionais e manutenção corretiva</p>					
--	---	--	--	--	--	--

ADAIL MAGIN MARTINS
Presidente da Comissão de Licitação

Fls.:

209



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM
ALEGRE**

Praça Mariana Leite Felix, 800 – CEP - 86860-000

e-mail: licitacao@jardimalegre.pr.gov.br

Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM

ALEGRE - PR

2	Treinamento técnico para uso do sistema web de fiscalização do ITR: Prestação de serviço de treinamento técnico voltado à capacitação dos servidores municipais para a correta utilização do sistema web de apoio à fiscalização do Imposto Territorial Rural (ITR). O treinamento abrangerá as funcionalidades da plataforma contratada, incluindo navegação, interpretação dos dados fornecidos, emissão de relatórios e utilização dos recursos disponíveis no sistema. A capacitação será realizada de forma presencial, conforme cronograma a ser definido, e	Serviço	HRS	8	139,67	1.117,36
---	--	---------	-----	---	--------	----------

ADAIL MAGIN MARTINS
Presidente da Comissão de Licitação

Fls.: 330



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM
ALEGRE**

Praça Mariana Leite Felix, 800 – CEP - 86860-000

e-mail: licitacao@jardimalegre.pr.gov.br

Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM

ALEGRE - PR

	terá como objetivo assegurar a autonomia da equipe fiscal na operação da ferramenta, sem transferir qualquer atribuição legal. O conteúdo será restrito ao uso da plataforma, não incluindo análises externas ou execução de atividades fiscais por parte da empresa contratada.					
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 67.040,56 (sessenta e sete mil e quarenta reais e cinquenta e seis centavos)

MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIL MAGIN MARTINS
Presidente da Comissão de Licitação

Fls.: 313

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município JARDIM ALEGRE , população de 12.138 habitantes MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS (Exercício 2026) O último envio de informações desta entidade foi 27/02/2026 , dados estes referentes a 1/2026
77/2025 Nº Licitação
14/10/2025 Data da Abertura
R\$72.000,00 Valor
Pregão Modalidade
130/2025 (29/09/2025) Edital da Licitação (Publicação)
Homologada Em 20/10/2025

Objeto	
Contratação de empresa especializada para a implantação, locação e manutenção de sistema informatizado específico para a gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), bem como, o treinamento dos usuários do Município de Jardim Alegre/PR para a adequada utilização das funcionalidades disponibilizadas.	
Tipo de Avaliação	Menor Preço - Lote
Classificação do Objeto	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação
Regime de Execução	Serviços em Geral
Natureza da Licitação	Registro de Preços
Cláusula de Prorrogação	

As informações desta licitação foram cadastradas dia 30/09/2025, sua última atualização foi dia 24/02/2026, com informações referentes a 1/2026.

Propostas									
Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	12	Outras Unidades e Medidas	Item – Fornecimento de sistema web de apoio à fiscalização do ITR, com suporte técnico ao uso da plataforma:	1	JOAREZ L. HENRICHS	5.493,60	12	65.923

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
------	------	------------	---------	-----------	---------------	--------------	-------	------------	-------------

Descrição

Item – Fornecimento de sistema web de apoio à fiscalização do ITR, com suporte técnico ao uso da plataforma:

Valor Unitário Mínimo	Valor Unitário Máximo	Valor Total Mínimo	Valor Total Máximo	Prazo Entrega	Forma Entrega	Forma de Pagamento
0,00	5.900,00	0,00	70.800,00	30	Parcela Única	Conforme Edital

Propostas Detalhes

Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total	Validade	Prazo Entrega	Homologação
1	JOAREZ L. HENRICHS	5.493,60	12	65.923,20	13/12/2025	13/11/2025	20/10/2025

1	2	8	Horas	Treinamento técnico para uso do sistema web de fiscalização do ITR:	1	JOAREZ L. HENRICHS	139,67	8	1.117
---	---	---	-------	---	---	--------------------	--------	---	-------

Descrição

Treinamento técnico para uso do sistema web de fiscalização do ITR:

Valor Unitário Mínimo	Valor Unitário Máximo	Valor Total Mínimo	Valor Total Máximo	Prazo Entrega	Forma Entrega	Forma de Pagamento
0,00	150,00	0,00	1.200,00	30	Parcela Única	Conforme Edital

Propostas Detalhes

Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total	Validade	Prazo Entrega	Homologação
1	JOAREZ L. HENRICHS	139,67	8	1.117,36	13/12/2025	13/11/2025	20/10/2025

Ação

Participantes

Convidado

<u>Comissão</u>
<u>Publicação Edital</u>
<u>Obras</u>
<u>Pagamentos</u>
<u>Convênio</u>
<u>Contrato</u>

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	3	Outras Unidades e Medidas	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESP. FORN. DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Sistema de Gestão de Processos referentes ao ITR (Imposto Territorial Rural), no município de Dois Vizinhos incluindo inform	1	JOAREZ L. HENRICHS	4.000,00	3	12.00

Descrição

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESP. FORN. DE SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Sistema de Gestão de Processos referentes ao ITR (Imposto Territorial Rural), no município de Dois Vizinhos incluindo inform

Valor Unitário Mínimo	Valor Unitário Máximo	Valor Total Mínimo	Valor Total Máximo	Prazo Entrega	Forma Entrega	Forma de Pagamento
0,00	4.000,00	0,00	12.000,00	365	Parcelada	A vista

Propostas Detalhes

Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total	Validade	Prazo Entrega	Homologação
1	JOAREZ L. HENRICHS	4.000,00	3	12.000,00	25/10/2025	26/08/2026	26/08/2025

Ação

Participantes

Convidado

Comissão

Publicação Edital

<u>Obras</u>
<u>Pagamentos</u>
<u>Convênio</u>
<u>Contrato</u>

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.